



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

PROPOSTA N.º 814/2013

[Aprovar submeter à Assembleia Municipal a autorização para a delegação de competências nas Juntas de Freguesia, com efeitos a 24 de outubro, nos termos da proposta]

No anterior mandato executivo, pela Deliberação n.º 10/AM/2010, a Assembleia Municipal autorizou a Câmara Municipal a delegar competências nas Juntas de Freguesia nas áreas previstas nas respectivas propostas.

A Câmara Municipal, através da Deliberação n.º 245/CM/2010, aprovou a minuta dos protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia e respectivos montantes financeiros.

Em simultâneo, foi realizado e concretizado o trabalho de reorganização administrativa da cidade de Lisboa consubstanciada, primeiro por deliberações dos órgãos municipais e, posteriormente, pela Assembleia da República, dando origem à publicação da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, através da qual Lisboa passou a ter 24 novas freguesias com competências próprias.

Por força do referido diploma legal, as novas freguesias criadas por agregação ou por alteração dos limites territoriais iniciaram a sua existência jurídica na sequência das eleições gerais de 2013 para os órgãos das autarquias locais - i.e., após o dia 29 de setembro de 2013-, sendo que os titulares dos novos órgãos assumem todos os direitos e deveres das freguesias objeto de agregação ou alteração. Contudo, a atribuição das novas competências às Juntas de Freguesia depende da afectação de recursos financeiros por parte do Estado, o que irá ocorrer a partir do ano de 2014, nos termos do artigo 17.º daquela Lei.

Assim, até 31 de Dezembro de 2013, é fundamental assegurar que as Juntas de Freguesia continuem a exercer as competências que têm vindo a ser delegadas pelo Município.

Atentos os princípios gerais do direito administrativo, designadamente os da eficiência e da continuidade na prestação do serviço público, deverá assegurar-se que as freguesias de Lisboa



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

continuam a prosseguir as competências, que anteriormente lhes tinham sido delegadas, até ao dia 31 de Dezembro do corrente ano, sendo para o efeito dotadas pelo órgão delegante dos meios financeiros necessários, até ao final do ano em curso.

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara, nos termos do disposto no artigo 14.º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, delibere:

1. Submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão autorize a Câmara a delegar competências nas Juntas de Freguesia, nas áreas anteriormente delegadas naquelas através da Deliberação n.º 245/CM/2010, com efeitos ao dia 24 de outubro de 2013, até ao dia 31 de dezembro de 2013.
2. Aprovar, sob condição de aprovação da presente proposta pela Assembleia Municipal, a manutenção de todas as competências delegadas pelo Município nas Juntas de Freguesia pelo anterior Executivo, bem como a transferência dos respectivos montantes financeiros, no valor de € 3.758.539,27.

Paços do Concelho de Lisboa, aos 25 de outubro de 2013

A Vereadora

Graça Fonseca



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

PROPOSTA Nº 245/2010

[Aprovação dos Protocolos de delegação de competências para as Juntas de Freguesia, e da transferência das verbas previstas nesses protocolos relativas ao 2º semestre de 2010]

Considerando que:

As Juntas de Freguesia, pela sua proximidade aos cidadãos, dispõem de uma capacidade de actuação local privilegiada.

O executivo assumiu como prioritária a reforma do modelo de governação da cidade, para a qual é fundamental o processo de descentralização administrativa de competências do Município para as Freguesias.

Este processo de descentralização administrativa será definido e implementado no decurso do mandato do actual executivo, em permanente diálogo e articulação com as Juntas de Freguesia.

A Assembleia Municipal através da deliberação n.º 10/AM/2010, autorizou a Câmara a delegar competências nas Juntas de Freguesia.

A Câmara Municipal aprovou, por meio da Deliberação n.º 2/CM/2010, publicada no 1º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 839, de 14 de Janeiro, a renovação das competências delegadas pelo anterior Executivo Municipal nas Juntas de Freguesia e a transferência das respectivas verbas, tendo-se considerado, à data, que, a partir da entrada em vigor do Plano e Orçamento para 2010, estariam reunidas as condições para a celebração de novos protocolos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

Face à não aprovação pela Assembleia Municipal do Plano e Orçamento para 2010, foi, nos termos da Deliberação n.º 2/CM/2010, assegurada a segunda transferência para as Juntas de Freguesia das verbas relativas às competências renovadas, agora referentes ao segundo trimestre do ano, assim se evitando um cenário de interrupção de projectos em curso nas Juntas de Freguesia.

Não obstante o quadro orçamental criado com a não aprovação do Plano e Orçamento para 2010, foi iniciado um amplo conjunto de reuniões para debater com todos os Presidentes de Juntas de Freguesia os novos protocolos de delegação de competências do Município nas Juntas de Freguesia, tendo-se mantido a intenção do Município de alargar o leque de competências a delegar.

Assim, o Protocolo de Delegação de Competências, que agora se submete à aprovação da Câmara, mantém as competências anteriormente delegadas e alarga o âmbito da delegação de competências do Município nas Juntas de Freguesia para as áreas da sinalização vertical e horizontal, para gestão do Motocão e para o Lx Porta-a-Porta, possibilitando assim às Freguesias o exercício de mais funções urbanas de proximidade.

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara, nos termos do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e na alínea a) do n.º 6 do artigo 64º e do artigo 66.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, delibere:

1 – Aprovar o Protocolo a celebrar com as Juntas de Freguesia, a delegação de competências e respectivos montantes financeiros constantes do Anexo A – que totalizam o valor anual de 13.109.735,98 € euros (treze milhões, cento e nove mil, setecentos e trinta e cinco euros e noventa e oito centimos), de concessão de transferências de verbas - bem como aprovar os demais Anexos;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

2 – Autorizar a transferência do montante global de 6.554.867,98€ correspondente aos 3.º e 4.º trimestres do corrente ano, tendo os montantes referentes aos 1.º e 2.º trimestres de 2010 sido anteriormente transferidos, nos termos da deliberação nº 2/CM/2010;

3. O encargo, cuja transferência ocorrerá após a assinatura dos novos protocolos de delegação de competências, encontra-se devidamente cabimentado após a aprovação da 7.ª alteração orçamental, contida na deliberação n.º 260/2010.

Paços do Concelho de Lisboa, aos 7 de Junho de 2010

A Vereadora

Graça Fonseca
Graça Fonseca



Câmara Municipal de Lisboa

**PROTOCOLO
DE
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

Entre:

A Câmara Municipal de Lisboa, representada neste acto pela Exma. Senhora Vereadora Graça Maria da Fonseca Caetano Gonçalves, com competência delegada através do Despacho n.º 166 de 12/11/2009, publicado no B.M. n.º 824/ 1º Suplemento de 3/12/2009, de ora em diante designada por CML,

E

A Junta de Freguesia de, com sede na Av., em Lisboa, representada neste acto pelo Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de,

Considerando que:

1. O actual executivo assumiu como prioritária a reforma do modelo de governação da cidade, para a qual é fundamental o processo de descentralização administrativa de competências do Município para as Freguesias;
2. Através do processo de descentralização será possível dotar as freguesias dos meios e competências para um exercício mais eficaz de funções urbanas de proximidade;
3. A Assembleia Municipal, através da deliberação n.º 10/AM/2010, autorizou a Câmara a delegar competências nas Juntas de Freguesia;
4. A Câmara Municipal, através da deliberação n.º 2/2010, publicada no 1º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 839, de 14 de Janeiro, aprovou a renovação

das competências anteriormente delegadas nas Juntas de Freguesia e a transferência das respectivas verbas assim assegurando a inexistência de um vazio jurídico no período entre a cessação do anterior mandato do Executivo e a aprovação do Orçamento da Câmara para 2010;

5. Face à não aprovação pela Assembleia Municipal do Plano e Orçamento para 2010, foi, nos termos da Deliberação n.º 2/CM/2010, assegurada a segunda transferência para as Juntas de Freguesia das verbas relativas às competências renovadas, agora referentes ao segundo trimestre do ano, assim se evitando um cenário de interrupção de projectos em curso nas Juntas de Freguesia.
6. Não obstante o quadro orçamental criado com a não aprovação do Plano e Orçamento para 2010, foi iniciado um amplo conjunto de reuniões para debater com todos os Presidentes de Juntas de Freguesia os novos protocolos de delegação de competências do Município nas Juntas de Freguesia, tendo-se mantido a intenção do Município de alargar o leque de competências a delegar.
7. O novo protocolo de delegação de competências tem como pressuposto central que as Juntas de Freguesia, pela sua proximidade aos cidadãos, dispõem de uma capacidade de actuação privilegiada no plano local;
8. Assumindo claramente a importância desse pressuposto, o presente protocolo consubstancia um alargamento significativo do elenco de competências delegadas pela Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia;
9. Assumindo, igualmente, como fundamental o princípio da cooperação entre a Câmara Municipal de Lisboa e as Juntas de Freguesia, o presente protocolo consagra mecanismos de acompanhamento do exercício das competências delegadas, nomeadamente através do envio de relatórios trimestrais relativos à execução do presente protocolo;

Nos termos do consagrado na alínea c) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, é celebrado e reciprocamente aceite o presente Protocolo de delegação de competências, conforme Deliberação da Assembleia Municipal n.º 10/AML/2010, que aprovou a Proposta n.º 1198/CM/2009, autorizando a Câmara Municipal de Lisboa a proceder à delegação nas Juntas de Freguesia das suas competências próprias, delegação essa que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1. Pelo presente são delegadas na Junta de Freguesia de as competências que integram as actividades e investimentos contidos nas áreas elencadas nos números seguintes e previstas no Anexo A que faz parte integrante do presente Protocolo.

1.1. Área do Espaço Público:

- a) Conservação e reparação de calcetamentos em passeios;
- b) Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano no espaço público;
- c) Conservação e reparação de sinalização horizontal e vertical;
- d) Gestão, reparação e conservação de sanitários, lavandarias sociais, lavadouros e balneários;
- e) Limpeza de parques infantis;
- f) Gestão de resíduos urbanos;
- g) Gestão e Organização de Feiras

1.2 – Área dos Espaços Verdes:

- a) Gestão e conservação dos espaços exteriores dos estabelecimentos de ensino referidos na alínea b) do 1.3 da presente cláusula;
- b) Gestão, conservação, arranjo, manutenção e limpeza de espaços ajardinados e outros espaços públicos;

1.3 – Área da Educação, Desporto, Acção Social, Juventude e Cultura:

- a) Gestão, conservação, reparação e construção de equipamentos desportivos e promoção de actividades desportivas;
- b) Conservação e reparação de escolas do 1.º ciclo do ensino básico, jardins-de-infância e instalações desportivas nestes integrados e apoio a acções de juventude;
- c) Programas e projectos especiais de intervenção social, nomeadamente no apoio aos idosos, a deficientes, à infância, à juventude e às dependências;
- d) Promoção de actividades culturais e de lazer;
- e) Reparação, manutenção e gestão de espaços culturais;

1.4. – Área da Habitação e Reabilitação Urbana;

- a) Reparação de habitações municipais e privadas;
 - b) Melhorias em bairros degradados;
- 1.5. – “LX Porta a Porta”;
- 1.6.- Informação e atendimento público.
2. A cada área funcional delegada corresponde um anexo contendo regras de aplicabilidade técnica e/ou financeira, que faz parte integrante do presente Protocolo.
3. Os critérios definidos nos anexos específicos para cada área funcional, referidos no ponto anterior, bem como as verbas a transferir em cada caso, ficam sujeitos a avaliação, aferição e adequação, com o início e implementação da execução do Protocolo.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Conservação e reparação de calcetamentos em passeios)

Os meios financeiros a transferir para o exercício das competências delegadas nos termos do presente Protocolo e as regras de aplicabilidade técnica relativas à conservação e reparação de calçadas e reposição de lancis encontram-se previstas e reguladas no Anexo B.

CLÁUSULA TERCEIRA

(Manutenção, reparação, substituição de Mobiliário urbano no espaço público)

Os meios financeiros a transferir para o exercício das competências delegadas nos termos do presente Protocolo e relativos à manutenção, reparação, substituição de mobiliário urbano no espaço público, compreendem a prática, pela Junta de Freguesia, de todos os actos necessários para o efeito, com obediência às regras de aplicabilidade técnica e financeira que se encontram previstas e reguladas no Anexo B(1).

CLÁUSULA QUARTA

(Conservação e reparação de sinalização horizontal e vertical)

O exercício das competências delegadas nos termos do presente Protocolo e relativos à sinalização horizontal e vertical compreende a prática, pela Junta de Freguesia, de todos os actos necessários à conservação e reparação de sinalização horizontal e vertical com

obediência às regras de aplicabilidade técnica e financeira que se encontram previstas e reguladas no Anexo C.

CLÁUSULA QUINTA

(Gestão, reparação e conservação de sanitários, lavandarias sociais, lavadouros e balneários)

O exercício das competências delegadas nos termos do presente Protocolo e relativos a sanitários, lavandarias sociais, lavadouros e balneários compreende a prática, pela Junta de Freguesia, de todos os actos necessários à gestão, reparação e conservação dos mesmos, com obediência às regras de aplicabilidade técnica e financeira que se encontram previstas e reguladas no Anexo D.

CLÁUSULA SEXTA

(Limpeza de Parques Infantis)

O exercício das competências delegadas nos termos do presente Protocolo e relativos à limpeza de parques infantis compreende a prática, pela Junta de Freguesia, de todos os actos necessários à limpeza dos mesmos, com obediência às regras de aplicabilidade técnica e financeira que se encontram previstas e reguladas no Anexo E.

CLÁUSULA SÉTIMA

(Gestão de Resíduos Urbanos)

Os meios financeiros a transferir para o exercício das competências delegadas nos termos do presente Protocolo e relativos à gestão de resíduos urbanos, compreendem a prática, pela Junta de Freguesia, de todos os actos necessários para a gestão técnica e administrativa dos equipamentos de deposição e recolha dos resíduos urbanos, com obediência às regras de aplicabilidade técnica e financeira que se encontram previstas e reguladas nos Anexos F e G.

CLÁUSULA OITAVA

(Gestão e Organização de Feiras)

Os meios financeiros a transferir para o exercício das competências delegadas nos termos do presente Protocolo e relativos à gestão e organização de feiras, compreendem a prática, pela Junta de Freguesia, de todos os actos necessários para o efeito, com

obediência às regras de aplicabilidade técnica e financeira que se encontram previstas e reguladas no Anexo H.

CLÁUSULA NONA

(Gestão, conservação, arranjo, manutenção e limpeza de espaços ajardinados e outros espaços públicos)

Os meios financeiros a transferir para o exercício das competências delegadas nos termos do presente Protocolo e relativos à gestão, conservação, arranjo, manutenção e limpeza de espaços ajardinados e outros espaços públicos, compreendem a prática, pela Junta de Freguesia, de todos os actos necessários para o efeito, com obediência às regras de aplicabilidade técnica e financeira que se encontram previstas e reguladas no Anexo I.

CLÁUSULA DÉCIMA

(Gestão, conservação, reparação e construção de equipamentos desportivos e promoção de actividades desportivas)

O exercício das competências delegadas nos termos do presente Protocolo e relativos à gestão, conservação, reparação e construção de equipamentos desportivos e promoção de actividades desportivas compreende a prática pela Junta de Freguesia de todos os actos necessários para o efeito, com obediência às regras de aplicabilidade técnica e financeira que se encontram previstas e reguladas nos Anexos J e K.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

(Manutenção e conservação de Escolas do 1.º ciclo do ensino básico, jardins de infância, instalações desportivas nestes integradas e apoio a acções de juventude)

Os meios financeiros a transferir para o exercício das competências delegadas nos termos do presente Protocolo e relativos à manutenção e conservação de Escolas do 1º Ciclo do ensino básico, jardins de infância, instalações desportivas nestes integradas e promoção de actividades educativas compreendem a prática, pela Junta de Freguesia, de todos os actos necessários para o efeito, com obediência às regras de aplicabilidade técnica e financeira que se encontram previstas e reguladas no Anexo L e M.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

(Programas e projectos especiais de intervenção social)

1. Os meios financeiros a transferir para o exercício das competências delegadas nos termos do presente Protocolo e relativos Execução total ou parcial de programas e projectos especiais de intervenção social, nomeadamente no apoio aos idosos, a deficientes, à infância, à juventude e às dependências, compreendem a prática, pela Junta de Freguesia, de todos os actos necessários para o efeito, com obediência às regras de aplicabilidade técnica e financeira que se encontram previstas e reguladas nos Anexos N, N(1), N(2), N(3), N(4) e N(5);
2. Nos Programas e Projectos cuja execução se concretize através de candidaturas não se aplica o disposto no nº 3 da Cláusula Decima Quinta, podendo as respectivas transferências financeiras ocorrer imediatamente após a decisão relativa aos montantes a atribuir a cada uma das Juntas de Freguesia que se tenham candidatado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(Habitação e Reabilitação Urbana)

Os meios financeiros a transferir para o exercício das competências delegadas nos termos do presente Protocolo e relativos à habitação e reabilitação urbana compreendem a prática, pela Junta de Freguesia, de todos os actos necessários à recuperação e manutenção do património municipal habitacional disperso, com obediência às regras de aplicabilidade técnica e financeira que se encontram previstas e reguladas no Anexo O.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

(Lx Porta a Porta)

Os meios financeiros a transferir para o exercício das competências delegadas nos termos do presente Protocolo e relativos ao programa Lx Porta a Porta compreendem a prática, pela Junta de Freguesia, de todos os actos necessários à execução dos horários e trajectos e à manutenção e gestão da frota, com obediência às regras de aplicabilidade técnica e financeira que se encontram previstas e reguladas no Anexo P.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA

1. Para o desenvolvimento das competências ora delegadas, a entidade delegante transferirá para a entidade delegada, durante o período de vigência do presente Protocolo, o montante total estabelecido no Anexo A.
2. Os montantes a transferir respeitarão critérios de gestão financeira adequada, tendo em conta os pressupostos de operacionalidade das matérias delegadas.
3. Essa transferência será efectuada em quatro parcelas e destina-se à execução das actividades e investimentos previstos no Anexo A, que se encontrem compreendidas nas áreas delegadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

1. O desenvolvimento e execução das actividades e/ou investimentos previstos no presente Protocolo serão acompanhados de forma continua pela CML, que para o efeito promoverá reuniões conjuntas e periódicas entre os técnicos da Junta e os serviços da Câmara que se farão representar por cada uma das áreas funcionais ora delegadas
2. No âmbito destes poderes a CML pode definir normas e orientações técnicas e emitir directivas ou instruções aplicáveis à execução das tarefas objecto do presente Protocolo, através de despacho do Presidente da CML, da Vereadora com relacionamento institucional com as Juntas de Freguesia ou do Vereador com competências atribuídas na matéria em que a actividade e/ou o investimento previamente acordados se inserem.
3. A CML poderá compensar a Junta de Freguesia sempre que, em resultado do disposto no número anterior, se verifique comprovadamente aumento de encargos de ordem financeira.
4. Sempre que o desenvolvimento e execução das actividades e/ou investimentos não estejam em conformidade com o definido no presente Protocolo ou com as directivas, instruções, normas e orientações técnicas referidas nos números anteriores, e ainda com o processo da respectiva actividade e/ou investimento, a CML reserva-se o direito de suspender ou rescindir o presente Protocolo.
5. A CML, no caso de se verificar o condicionalismo previsto no número anterior, pode ainda não efectuar os pagamentos previstos para execução da actividade e/ou investimento, enquanto não se verificar o cumprimento das obrigações constantes no presente Protocolo.

6. Sempre que a CML proceda a uma intervenção directa, nos termos dos números anteriores, os custos suportados com tal intervenção serão considerados para efeitos da gestão financeira do presente Protocolo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

1. Na execução do presente Protocolo a Junta de Freguesia apresentará trimestralmente um relatório de execução física e financeira das verbas transferidas ao abrigo do presente Protocolo.
2. O relatório mencionado no número anterior deverá ser entregue à Vereadora com relacionamento institucional com as Juntas de Freguesia que remeterá o mesmo para conhecimento e apreciação aos Vereadores com os Pelouros correspondentes a cada uma das áreas funcionais.
3. O relatório deverá ser organizado por área funcional e conter no mínimo os seguintes elementos:
 - a) Discriminação das actividades executadas e respectivos custos;
 - b) Mapas de despesas e de saldos, aos quais devem ser juntas cópias dos comprovativos da realização das mesmas.
4. A Junta de Freguesia deverá manter actualizado um dossier técnico financeiro, do qual constarão todas as intervenções realizadas ao abrigo do presente Protocolo, sendo que o mesmo deverá ser permanentemente actualizado e estar disponível para consulta pela CML a qualquer momento, devendo, em todo o caso, ser remetido à CML logo que esta o solicite
5. A Junta de Freguesia obriga-se a divulgar, pelos meios mais adequados a cada caso, tais como folhetos e placas identificativas, que as actividades e/ou investimentos em curso decorrem do Protocolo assinado entre a CML e a Junta de Freguesia, atribuindo sempre idêntico destaque às duas entidades intervenientes, com exclusão de qualquer menção publicitária de terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

1. A Vereadora com relacionamento institucional com as Juntas de Freguesia, na qualidade de interlocutora, coordenará e acompanhará o relacionamento entre a CML e a entidade delegada em todas as questões emergentes do presente Protocolo.
2. Sem prejuízo do exposto no ponto anterior, os Vereadores com competência em matérias abrangidas pelo presente Protocolo designarão um ou mais técnicos, por

área de actividade, que procederão à análise e avaliação dos relatórios previstos nos números 2 e 3 da cláusula décima sexta, bem como prestarão esclarecimentos quando solicitados pela Junta de Freguesia, em sede de soluções/recomendações técnicas e de acordo com a legislação e/ou regulamentos em vigor.

3. O resultado da análise supra referida será remetido à Vereadora com relacionamento institucional com as Juntas de Freguesia, que centralizará toda a informação.
4. As partes outorgantes podem, face à avaliação da execução das matérias delegadas, apresentar novas necessidades e/ou reformulações do Protocolo, a fim de se garantir a qualidade e continuidade da cooperação e participação entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

1. A Câmara Municipal de Lisboa pode, a todo o tempo, por sua iniciativa ou a solicitação da Junta de Freguesia avocar, total ou parcialmente, uma ou mais competências delegadas, devendo, para o efeito, informar aquela autarquia da deliberação que aprove a avocação e qual o respectivo âmbito.
2. A avocação total ou parcial de uma ou mais competências delegadas implica a cessação e/ou redução da transferência dos meios financeiros afectos à competência avocada e a calcular nos termos dos requisitos e critérios previstos no presente Protocolo para atribuição das referidas verbas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

1. As receitas obtidas pela liquidação e cobrança das taxas, tarifas e preços relativos às competências delegadas são afectas à Junta de Freguesia.
2. A fixação de taxas, tarifas e preços é da competência da CML, nos termos da Lei vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

1. O presente Protocolo será objecto de aditamento(s) sempre que haja necessidade de restringir ou alargar as competências ora delegadas, sendo que a transferência de verbas que vier a ser estipulada observará sempre os seguintes critérios:

- a) Adiantamento para o início da actividade e/ou investimento, após solicitação da Junta de Freguesia e mediante comunicação do seu início e da remessa do respectivo processo;
 - b) Transferências em parcelas sucessivas em função da execução da actividade e/ou investimento, após apresentação e aprovação de relatório que certifique o estado de execução da mesma e dos respectivos documentos comprovativos;
 - c) Última parcela após confirmação da execução da actividade e/ou investimento por parte do Vereador com competência na matéria abrangida e contra a entrega dos documentos comprovativos da despesa.
2. Do aditamento deve também constar o tipo de despesa que está relacionada com a(s) competência(s) a delegar.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

1. O presente Protocolo produz efeitos desde ... de Junho de 2010 e vigorará até ao final do actual mandato dos Órgãos Autárquicos, sem prejuízo da delegação de novas competências ou da não renovação de competências existentes.
2. O presente Protocolo pode ser denunciado total ou parcialmente a todo o tempo, por proposta fundamentada de qualquer das partes, sendo obrigatoriamente comunicado à outra parte com a antecedência mínima de 60 dias.

Paços do Concelho de Lisboa, aos de 2010

A Vereadora,

Graça Fonseca

O Presidente da Junta de Freguesia de,

.....



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ACTA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro e 27º nºs 3º e 4º do Código do Procedimento Administrativo, bem como o disposto no artigo 18º nº 3 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 07 de Junho de 2010, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais das referidas propostas, a acta em minuta:

Apreciação e aprovação das Actas nºs 20 e 21;

(Aprovadas por unanimidade)

Proposta nº 245/2010 (Subscrita pela Srª Vereadora Graça Fonseca)

Aprovar o Protocolo de Delegação de Competências para as Juntas de Freguesia, bem como as respectivas transferências de verbas previstas nesse protocolo relativas ao 2º semestre, nos termos da proposta;

Votação na generalidade

(Aprovada por unanimidade)

Votação da cláusula 14ª do Protocolo

(Aprovada por maioria com 14 votos a favor (7PS, 1 Ind, 6PPD/PSD), 1 voto contra (PCP) e 2 abstenções (1 Ind., 1CDS/PP))



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Nos termos do n.º 3 do Art. 92.º da supra citada Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro eu, *Paula Levy* Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos do Município mandei lavrar.

Lisboa, em 07 de Junho de 2010

O Presidente

- António Costa -

reuniao 13 Nov DFDs e Compromissos



Câmara Municipal de Lisboa
Direcção Municipal de Finanças
Departamento de Contabilidade

894/2013

Declaração de Fundos Disponíveis válida até 30.11.2013

Nº 1238 /2013

O correspondente compromisso orçamental deve ser efectuado pelo serviço promotor até à data de validade.

Documento de suporte ao pedido:

PROP S/N	PDC's	1-11-2013	3.758.539,27 €
			3.758.539,27 €

Para cumprimento da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, conjugada com o Decreto-Lei 127/2012, de 21 de Junho, declara-se o seguinte:

Valor a comprometer

3.758.539,27 €

Confirmo assim com base nestes pressupostos, a existência de fundos disponíveis nesta data.

Lisboa, 13 de Novembro de 2013

O Director de Departamento de Contabilidade


Carlos Gabriel



ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º nº 2 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 13 de novembro de 2013, o voto de congratulação, os votos de pesar e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação da Acta nº 180/2013;

(Aprovada por maioria com 11 votos a favor (9PS e 2PCP) e 6 abstenções (2Ind., 3PPD/PSD e 1CDS/PP))

Proposta n.º 814/2013

(Subscrita pela Sra. Vereadora Graça Fonseca)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a autorização para a delegação de competências nas Juntas de Freguesia, bem como atribuir eficácia a partir de 24 de outubro de 2013, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 13 votos a favor (9PS, 2Ind. e 2PCP), e 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP))

Proposta n.º 815/2013

(Subscrita pela Sra. Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar a cessação de funções do Diretor Municipal de Cultura, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 13 votos a favor (9PS, 2Ind. e 2PCP) e 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP))

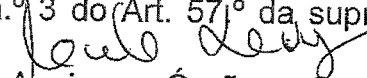


C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Voto de Pesar n.º 14/2013 (Subscrito pela Câmara)

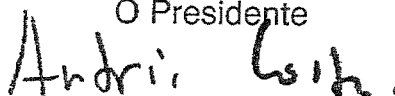
Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de José Osaldo Barbosa;

(Aprovado por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu,  Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 13 de novembro de 2013

O Presidente



- António Costa -

O Sr. Presidente :- Proposta 814/2013.

PROPOSTA Nº. 814/2013 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A AUTORIZAÇÃO PARA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA, BEM COMO ATRIBUIR EFICÁCIA A PARTIR DE 24 DE OUTUBRO DE 2013, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente :- Sr.^a Vereadora Graça Fonseca.

A Sr.^a Vereadora Graça Fonseca :- Bom dia Sr. Presidente, bom dia a todos. Esta proposta tem um objetivo central que é assegurar que até ao dia 31 de dezembro de 2013 as freguesias continuam a exercer as competências que anteriormente tinham sido delegadas no anterior mandato e assegurar que depois de aprovada esta renovação de competências é feita a transferência da última tranche do ano 2013 relativo aos protocolos de delegação de competências.

Eu chamo a atenção que esta é uma proposta que visa precisamente assegurar apenas este período de transição entre o reinício deste mandato e o dia 1 de janeiro de 2014, altura em que teremos que ter tudo preparado para que a nova lei 56/2012 entre em vigor e, portanto, é com esse objetivo que esta proposta é distribuída, julgo que a DFD está a ser distribuída agora juntamente com os documentos que estão a ser distribuídos e portanto ficam assim garantidas as condições para a proposta ser discutida e aprovada. Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. Presidente :- Muito obrigado. Sr. Vereador António Prôa.

O Sr. Vereador António Prôa :- Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sr.^a Vereadora Graça Fonseca.

Da análise que tive a oportunidade de fazer a esta proposta fiquei com algumas dúvidas que gostaria que a Sr.^a Vereadora me pudesse esclarecer.

Em primeiro lugar tanto quanto consigo perceber os anteriores protocolos terminavam coincidentemente com o final do mandato e, portanto, não existem neste momento, não existe neste momento nenhum protocolo de delegação de competências, digamos que em vigor, com as Juntas de Freguesia e, portanto, o prolongamento que não é posto em causa por nós pressupõe que novo protocolo se concretize.

Naturalmente que nós não pomos em causa a necessidade de dar continuidade aos serviços que são prestados, que vêm sendo prestados pelas juntas de Freguesia, achamos isso positivo, aliás somos adeptos e defensores dessa delegação de competências, tanto assim é que aprofundámos ou tornamos definitiva no âmbito do novo enquadramento legal, ainda assim convinha que ficasse esclarecido este procedimento de vários pontos de vista, desde logo este que eu referi quanto à existência ou validade de um protocolo de delegação de competências, ponto 1.

Por outro lado não há qualquer referência, tanto quanto me pude aperceber, à nova lei e ao novo regime jurídico das Autarquias Locais, que aliás permite ao contrário do anterior regime que previa uma coincidência temporal entre os mandatos e os protocolos de delegação de competências, atualmente no novo enquadramento legal isso vem, a solução é diversa e portanto vem prevista precisamente a possibilidade da manutenção caso não haja a resolução esses protocolos, a continuidade desses protocolos e, portanto, essa referência à lei não está patente.

Por outro lado, Sr.^a Vereadora, não está referida na proposta o encargo financeiro decorrente deste prolongamento da delegação de competências.

Por outro lado ainda no ponto 2 da parte deliberativa, salvo eu um entendimento errado da minha parte, da leitura que faço do ponto 2 está prevista a transferência da quarta tranche relativamente ao complemento do fundo de financiamento das freguesias, aquela verba que tradicionalmente o Município transferia para as freguesias, e eu leio “A manutenção dos montantes correspondentes ao complemento do Fundo de Financiamento das Freguesias no mesmo período”, é esse o ponto 2 da proposta.

Sr.^a Vereadora, a proposta 814/2013 que eu tenho tem um ponto 2...

(Diálogos cruzados)

O Sr. Vereador António Prôa (cont) :- Sr.^a Vereadora, a proposta que nos foi distribuída e que eu tenho aqui, não inventei, diz e eu vou ler para além do que a Sr.^a Vereadora disse, diz “bem como a transferência dos respetivos montantes financeiros até 31 de dezembro de 2013 e a manutenção dos montantes correspondentes ao complemento do Fundo de Financiamento das freguesias no mesmo período”, esta é a proposta que me foi entregue e, portanto, é sobre ela que me estou a pronunciar.

(Diálogos cruzados)

O Sr. Vereador António Prôa (cont) :- Sr.^a Vereadora, alguma coisa se passa! Eu de fato não inventei esta proposta, tenho-a aqui e posso dar-lhe uma cópia, apesar das minhas notas, que não são secretas e, portanto, isto para dizer o seguinte, Sr.^a Vereadora, em função da proposta que me foi distribuída e, portanto, é essa análise que eu posso fazer, verifiquei que essa quarta tranche já tinha sido transferida e, portanto, era esse reparo que queria fazer, era que já tendo sido transferido, não havia lugar a transferência...

Ah, substitue a anterior! Pronto, o Sr. Vereador João Gonçalves Pereira acabou de me dar a proposta que substitui a anterior, por alguma razão eu não a tinha, peço desculpa por esta referência, em qualquer caso aproveito para dizer que estas substituições das propostas anteriores pelos vistos são muito comuns na Câmara, há uma proposta nesta reunião que foi substituída aliás duas vezes e, portanto, eu peço desculpa pela confusão!...

Se a proposta de facto, como era suposto não tem essa parte retiro essa minha dúvida se a proposta de facto, como era suposto, não tem essa parte, tiro esta minha dúvida e mantenho as que referi anteriormente, nomeadamente falta a informação relativamente ao compromisso financeiro associado a esta transferência.

E para terminar, Sr. Presidente, eu aproveitava esta intervenção para e termos, espero eu, mas seguramente que teremos oportunidade para o fazer de forma mais exaustiva, mas ainda assim aproveitava a oportunidade para questionar a Câmara e eventualmente a Sr.^a Vereadora relativamente ao processo de adaptação ao novo enquadramento decorrente não só do enquadramento legal, quer como das alterações às freguesias em Lisboa no sentido de saber como é que está esse processo e quando é que teremos oportunidade aqui na Câmara de fazer algum debate relativamente a esse processo que eu desejo que seja bem-sucedido e desde já estamos naturalmente disponíveis para dar o nosso contributo, mas para o darmos necessitamos de informação, como é evidente, mas pronto, deixava estas observações. Muito obrigado.

O Sr. Presidente :- Muito obrigado. Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura :- Muito obrigado Sr. Presidente.

Bom, nós temos uma questão aqui a colocar a respeito desta proposta na sequência da reorganização administrativa da cidade de Lisboa, que entre outras coisas cria uma nova freguesia, a Freguesia do Parque das Nações e

aquilo que nós gostaríamos de saber, uma vez que esta delegação de competências é o prolongamento da situação que já existia anteriormente e até ao dia 31 de dezembro, gostaríamos de saber se estão, como é que estão previstas a distribuição destas delegações de competências e das verbas a que a elas dizem respeito, no que diz respeito neste caso à Freguesia do Parque das Nações, uma vez que esta freguesia não existia e as verbas seriam naturalmente canalizadas para a Freguesia dos Olivais.

Portanto, gostaríamos de saber como é que neste caso se propõem a resolver esta questão que aparentemente não aparece tida em conta na proposta que agora nos é presente. Obrigado Sr. Presidente.

O Sr. Presidente :- Sr.^a Vereadora Graça Fonseca.

A Sr.^a Vereadora Graça Fonseca :- Muito obrigada Sr. Presidente.

Começando aqui pelas questões do Sr. Vereador António Prôa, vamos lá a ver, há aqui duas questões diferentes, com a cessação do mandato da Câmara automaticamente caducam os protocolos de delegação de competências, não obstante este ano, como aliás em todos os anos desde o início do mandato, foi aprovado no início do ano de 2013 é uma proposta de transferência de quatro tranches financeiras para as freguesias relativas às competências delegadas no início do mandato e, portanto, nós temos duas questões diferentes, uma é a questão da vigência dos protocolos de delegação de competências, outra é a questão da autorização de transferência das verbas que já estavam autorizadas por deliberação de Câmara para serem, para o exercício de competências e essas competências mantêm-se nas freguesias, portanto, o que nós estamos aqui a fazer é algo muito semelhante aliás ao que se fez na transição de mandatos entre 2009 e 2010, que é renovar a delegação de competências da Câmara nas Freguesias, e esse é o ponto 1 deliberativo desta proposta, e autorizar correspondentemente depois desta aprovação de delegação de competências mantendo exatamente a delegação anterior do anterior mandato nas freguesias e autorizar a transferência, com a respetiva valor que já tinha sido autorizada por delegação de Câmara de 2013, ou seja, essa deliberação não caducou, portanto, o que caduca são os protocolos não é a deliberação de autorização de transferência das verbas correspondentes e portanto são dois atos diferentes se quiser e por essa razão é que são dois pontos deliberativos, portanto, é essa a razão desta diferenciação.

A nova lei não é aqui referida precisamente porque a lei não se aplica neste caso, ou seja, o que nós estamos a considerar precisamente é que nós

estamos a renovar competências já delegadas nas freguesias e, portanto, isto é um período transitório.

Podemos discutir juridicamente esta questão por diversos prismas, mas este foi o nosso entendimento, o entendimento que nós tivemos aqui é exatamente esse, são duas questões diferentes, caducidade de um protocolo e renovação do seu conteúdo e a implementação de uma deliberação de Câmara que já tinha autorizado a transferência destas verbas para as freguesias correspondentes ao quarto trimestre deste ano e, portanto, é isso que neste momento está aqui em causa, tanto que aliás o primeiro ponto diz que isto tem que ser aliás renovado por deliberação da Assembleia Municipal porque é o órgão competente para autorizar a Câmara a delegar competências e por isso é que não está aqui a questão da verba que falava.

Eu peço desculpa por essa substituição, de facto havia uma proposta que eu acho que foi bastante anterior, que referia a questão dos três “f”, mas os três “f” já tinham sido transferidos para as freguesias e, portanto, a questão como é evidente foi alterada porque não podia ser aqui referida,

Quanto à questão do Parque das Nações, que coloca, a nossa opção aqui foi precisamente por esta questão que estou a explicar disto ser uma continuidade até 31 de dezembro do mandato, na próxima reunião de Câmara estamos a preparar uma proposta especificamente para o Parque das Nações para dar apoio ao Parque das Nações a várias dimensões, desde logo neste momento eu tenho reunido regularmente com o Executivo eleito da nova Freguesia do Parque das Nações e temos dado apoio, desde apoio a nível de funcionamento logístico, de funcionários, até neste momento ao nível de que estão a funcionar provisoriamente nas instalações que temos no Parque das Nações e, portanto, temos estado a fazer esse trabalho com eles, mas é uma proposta de apoio diferente desta que estamos aqui por esta razão que refiro da continuidade dos protocolos de delegação de competências.

Sr. Presidente, se pudesse aproveitava para fazer um ponto de situação sobre a questão da implementação da lei, já agora para ficar também, o que temos feito desde já há cerca de quase um ano, ainda no anterior mandato, é trabalhar em cada uma das áreas e em cada um dos pelouros para identificar todas as questões, todas as competências e todos os conteúdos, a interpretação de conceitos, enfim, é um longo trabalho que o Sr. Vereador conhece bem que tem que ser feito com os diversos pelouros e que temos feito e que conseguimos, julgo eu, ter um primeiro mapeamento do que é que está em causa na transferência para as freguesias, o que é que isto vai significar para podermos agora começar a fazer vários trabalhos em simultâneo.

Um. O Sr. Presidente já referiu várias vezes que é um diálogo com os sindicatos no que diz respeito à forma como vai ser processada, implementada, a parte de transição dos Recursos Humanos e como é que esse processos vai ser feito, portanto é um dialogo que está a decorrer neste momento entre a área dos Recursos Humanos eu própria e os Sindicatos.

Por outro lado começamos, também agora, a fazer um trabalho agora com os novos 24 Presidentes de Junta de Freguesia eleitos. Começamos a fazer o trabalho, que aliás a própria lei determina que façamos, de trabalho conjunto e de auscultação dos novos Presidentes de Junta de Freguesia, relativamente às suas áreas. Porque, como se sabe bem nós temos que trazer duas deliberações a Câmara: uma relativamente à questão de saber se a Câmara vai ou não vai deliberar ficar com espaços ou com vias estruturantes; outra relativamente à questão dos critérios de transição dos Recursos Humanos para as freguesias.

E portanto, é esse trabalho que estamos a fazer neste momento; quer internamente entre os vários serviços e os vários pelouros com os novos Vereadores eleitos; quer com os novos 24 Presidentes de junta de Freguesia eleitos, vamos começar agora as reuniões com todos; quer com os sindicatos no que diz respeito a toda a questão relativa ao processo de transição dos Recursos Humanos.

Neste processo será fundamental e vai ser a partir de agora esse trabalho com a Câmara, com as diversas forças aqui representadas, e portanto acho que estamos neste momento em condições para fazermos isso.

O tempo é muito curto, é bastante curto mas acho que temos condições para o fazer até ao final do ano.

Obrigada Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador António Prôa.

O Sr. Vereador António Prôa: - Muito obrigado Sr. Presidente. Sr.^a Vereadora muito obrigado pelo esclarecimentos que prestou, ainda assim, mantenho uma duvida.

Sr.^a Vereadora, a Sr.^a Vereadora no ponto - eu voltei a não ter aqui o texto definitivo, mas, suponho e vou supor, de facto, que não tenho aqui o texto definitivo – que faz uma referencia a uma transferência de respectivos montantes financeiros. Bom, se assim é e a Sr.^a Vereadora está a confirmar que sim, e aliás é coerente com a declaração de fundos disponíveis, que nos

chegou agora mesmo relativamente a esta proposta, no valor de 3 milhões 758 mil 539.7 euros.

Sr.^a Vereadora não percebo como é que não está inscrita explicitamente, eu acho que forçosamente terá que estar inscrita, explicitamente na proposta este valor, sobre pena de haver alguma incoerência. Quer dizer, se há uma proposta compromete a Câmara com uma transferência financeira para as freguesias; por outro lado até nos é entregue uma declaração de fundos disponíveis; mas se a proposta que nós votamos não inclui esse referencia, alguma coisa está incoerente. E portanto, primeira sugestão que eu dou, Sr.^a Vereadora, é que a proposta seja altera no sentido de incluir explicitamente o valor alvo de transferência para as juntas de freguesia.

Em segundo lugar. Sr.^a Vereadora, estando presente aqui, que nos chegou há pouco, a declaração de fundos disponíveis relativamente a esta proposta, não está o cabimento. E portanto, o que eu pedia Sr.^a Vereadora era, eventualmente, ao Sr. Vereador que tem o pelouro, o Sr. Vice-Presidente, que o cabimento desta proposta esteja também, nos seja presente antes de votarmos a proposta, sob pena de não podermos votar uma proposta que não trás a cabimentação, trazendo embora a declaração de fundos disponíveis, ambos os documentos são necessários. Aliás, tanto são necessários que outras propostas têm ambos os documentos – o cabimento e a declaração de fundos disponíveis. E portanto, sugeria que isso também nos pudesse ser presente antes de votarmos.

Finalmente, a Sr.^a Vereadora explicitou que de facto, os protocolos anteriores caducaram com o final do mandato. E portanto, para que fique claro que nós estamos a aprovar também que haverá um novo protocolo semelhante com um texto semelhante em tudo ao anterior, mas que estará em vigor durante este período até ao final do ano. Terá sido isso que eu entendi. E esse protocolo também não o temos, porque a Sr.^a Vereadora para fazer a transferência para as juntas de freguesia tem que ser ao abrigo de alguma coisa, e portanto, suponho que seja ao abrigo dum protocolo de delegação e competências com data até 31 de Dezembro. E é isso que também não temos aqui. E portanto, sendo que eu admito que a Sr.^a Vereadora, estando nós aqui a submeter À Assembleia Municipal a autorização para a delegação de competências, que em momento posterior os texto do protocolo possa vir à Câmara para ser aprovado. Agora, a não ser que eu não esteja a ver bem, a Sr.^a Vereadora terá de me explicar como é que transferimos sem um protocolo de delegação de competências que enquadre esta transferência.

Era isto Sr. Presidente, muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Sr.^a Vereadora Graça Fonseca.

A Sr.^a Vereadora Graça Fonseca: - Bom, diversas questões.

Primeira questão. Quanto à questão do valor do montante financeiro, o que eu proponho é que, aceitando a proposta do Vereador António Prôa, que se coloque, “como os respectivos montantes financeiros, no valor de ...”, portanto, que é o valor que está inscrito no cabimento, valor global de 3 milhões, e com essa referencia ao valor.

Porque é que a proposta não tem cabimento. Independentemente do que o Sr. Vereador Fernando Medina possa dizer, porque a proposta já tem cabimento. Ou seja, a proposta que foi aprovada, comecei por dizer que no início do ano de 2013 foi aprovada a proposta para a transferência das 4 tranches para as freguesias no âmbito do protocolo de delegação de competências. O cabimento, naturalmente, existe porque não podia vir a reunião de Câmara essa proposta sem o respectivo cabimento. Portanto, ele não está aqui porque essa proposta, tal como eu comecei por dizer, está em vigor, essa proposta não caducou. Portanto, o cabimento existe, está na proposta que foi aprovada este ano para a transferência de 4 tranches financeiras para as freguesias. Por isso é só vem agora a FD, porque o cabimento existe, está inscrito, e já veio a reunião de Câmara que foi aprovada. É essa a razão porque não está aqui.

Quanto à questão dos protocolos de delegação de competências, a questão a que nós estamos aqui a propor é seja renovado o conteúdo dos protocolos de competências.

Sr. Vereador eu percebo as questões, mas nós estamos a aprovar um protocolo de delegação de competências até 31 de Dezembro. E portanto, o que nós estamos aqui a considerar, e que é legítimo considerar, é a renovação de protocolos de protocolos. Porque se nós vamos reiniciar todo o processo de voltar a assinar todos os protocolos de delegação de competências, todo esse processo, nós nunca teríamos tempo para garantir que as juntas de freguesia podem ter essas competências até ao final do ano. E portanto, o que nós estamos aqui a fazer é renovar o conteúdo dos protocolos, podemos fazê-lo sem nenhum problema, fizemo-lo em 2010 exactamente da mesma forma, que foi renovar conteúdos. Até ao momento em que neste caso não vamos fazer novos protocolos de competências para o mandato, vamos apenas assegurar que a lei é implementada e que as freguesias a ter competências próprias. E portanto, é isso que está aqui, Renovação de Competências, e o que vai à Assembleia Municipal é exactamente isso. E portanto, podemos,

eventualmente na Assembleia Municipal junta os protocolos de mandato, mas o que está aqui é isso é a referencia à anterior proposta que a vem a Câmara com o protocolo em anexo. Chamo a atenção, portanto, nessa proposta vem o protocolo em anexo, e o que é assinado depois é posteriormente é esse protocolo que a Câmara já aprovou. E portanto é exactamente isso que estamos aqui a propor, renovação de competências delegadas com transferência de respectivas verbas com a FD, cujo cabimento já existia. É tão somente que estamos aqui neste momento a aprovar.

Obrigado Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador António Prôa.

O Sr. Vereador António Prôa: - Sr. Presidente, mesmo não respeitando à letra o que tanto quanto tenho de cor prevê o regimento de duas intervenções por proposta. Se me der licença, Sr. Presidente, na tentativa de ser construtivo, porque a matéria que bem sabe que acompanho com atenção e com empenho. Esclarecido relativamente ao cabimento, muito obrigado Sr.^a Vereadora, em primeiro lugar relativamente a essa matéria. registo também a inclusão da alteração que eu sugeri.

Agora quanto aos protocolos as questões que eu coloco ainda subsistem, relativamente às quais, subsistem duvidas são duas:

Em primeiro lugar. As juntas de freguesia terão um procedimento que está previsto na lei de validação de aceitação desses protocolos. E portanto, os órgãos da autarquia respectiva terá que aprovar esta extensão, se quiser para simplicidade de linguagem, de protocolo que na realidade são um novo protocolo que se repete.

Agora, nós não estamos aqui, de facto, a aprovar um protocolo de delegação de competência mesmo que seja o mesmo. E isso é que me parece que não estará correcto, porque isso facilitaria que as juntas de freguesia depois internamente pudessem aprovar os respectivos protocolos de delegação de competências.

Por outro lado, conviria, a bem da transparência, que soubéssemos os valores a transferir para cada junta de freguesia. Aliás, isso é uma tabela que costuma existir aquando da aprovação dos protocolos de delegação de competências, e isso também não está aqui previsto. E portanto, Sr.^a Vereadora, acho que falta aqui informação para que isto seja mais claro. e mais não digo, muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Obrigado Sr. Presidente.

Bom, agora surgiu-me uma questão porque pela maneira como se processou este debate. A Sr.^a Vereadora disse, e bem, que a proposta já tinha sido aprovada anteriormente, e portanto este cabimento já existia. Mas a proposta que foi aprovada anteriormente previ, nomeadamente para a freguesia dos Olivais, uma determinada verba com o correspondente a determinadas competências. Sendo, com efeito, que a freguesia dos Olivais perde territórios e portanto há competências que lhe estavam atribuídas que neste momento já não correspondem à realidade. Pergunta-se, tendo em conta a proposta que tinha sido anteriormente aprovada e se não há nenhuma alteração. Se se mantém a verba que estava destinada à freguesia dos Olivais exactamente nos mesmo termos, e se sim porquê esta situação, que nos parece assaz estranha. Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Sr.^a Vereadora Graça Fonseca.

A Sr.^a Vereadora Graça Fonseca: - Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Vereador António Prôa no ponto 1 quando se faz, expressamente, referencia à delegação 245/CM/2010, exactamente é a deliberação que aprova os protocolos e os respectivos anexos das freguesias. Ou seja, as referencias, que aliás esta proposta está em anexo a esta proposta. Nós podemos voltara a colocar aqui tudo, toda a mesma informação, mas o que nós estamos aqui a fazer é renovar, insisto, renovar o conteúdo duma proposta aprovada em reunião de Câmara, que tem um protocolo que estamos a renovar. E que tem os quadros das transferências, das 4 tranches para as juntas de freguesia da cidade de Lisboa.

E portanto, toda a informação está nesta proposta. podemos retirá-la da proposta e repeti-la, mas pusemos esta referencia à proposta 245 precisamente para facilitar todos este processo, e para saber quais são as competências que estão a ser delegadas, que são exactamente as mesmas, quais são as verbas financeiras, são exactamente as mesmas. E foi essa a razão. Não percebi Sr. Vereador.

(intervenção fora do microfone imperceptível)

A Sr.ª Vereadora Graça Fonseca (cont.): -Mas a proposta estava em anexo para... eu posso fazer distribuir a proposta 245, que nós pusemos em anexo precisamente, em anexo a esta proposta e para a Assembleia Municipal em anexo. Então posso pedir para distribuir os valores em anexo à Proposta 245, mas é exactamente. Por isso é que eu quis por em anexo a proposta 245, porque tem um protocolo, tem um anexo A das verbas globais, e tem os quadros das freguesias. Essa a primeira questão.

A segunda questão, que foi aqui novamente colocada pelo PCP. Eu insisto naquilo que já tinha dito anteriormente, isto trata-se da renovação das competências delegadas.

A nova lei, a Lei 56/2012 com as novas competências entrará, será realizada a partir de Janeiro de 2014. E portanto, neste momento a freguesia dos Olivais continua, aliás, a assegurar todas as competências e tem continuar a assegurar todas as competências que tinham sido anteriormente delegadas.

Neste momento, estamos em instalação, portanto só a partir de Janeiro é que a nova freguesia do Parque das Nações vai receber a primeira tranche, via Orçamento do Estado, das verbas financeiras e vai receber meios também da Câmara para poder exercer as suas competências. E portanto, insisto, isto é para assegurar até 31 de Dezembro que não há nenhuma rotura no exercício de competências que as freguesias tinham. Incluindo a freguesia dos Olivais que hoje em dia tem continuar a exercer as competências que exercia anteriormente. É essa a razão. Obrigado Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Muito bem. Não havendo mais intervenções creio que estamos em condições de votar a Proposta 814/2013 com a alteração que ficou registada em acta, que ficou acordada entre Sr.ª Vereadora Graça Fonseca e o Sr. Vereador António Prôa.

Ponto 1 da Ordem de trabalhos, Proposta 817/2013, quem vota contra? quem se abstém? Aprovado com a abstenção do PPD/PSD e do CDS/PP eo voto favorável dos restantes eleitos.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 814/2013 a qual foi aprovada por maioria com 13 votos a favor (9PS, 2Ind. e 2PCP), e 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP))